

Os primeiros passos de um advogado popular após sua prisão política pela ditadura

Entrevista com Vanderley Caixe, realizada por Marcos José de Oliveira Lima Filho

Como parte de sua pesquisa, que resultou em uma dissertação de mestrado em 2012, intitulada *Uma investigação acerca da validade da teoria dialética do direito a partir da verificação de sua utilização pelos advogados populares*, defendida junto à Universidade Federal da Paraíba, Marcos José de Oliveira Lima Filho realizou uma entrevista com Vanderley Caixe, pioneiro na advocacia popular no Brasil e, especialmente na Paraíba. Tendo sido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dele saiu por defender a luta armada, motivo pelo qual foi preso, em 1969, enquanto participava da organização Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Após os anos de prisão, torna-se advogado popular junto a entidades católicas, em defesa dos movimentos populares e direitos humanos, tendo devotado sua vida a esta causa, além de à poesia, até seu falecimento em 2012, em sua cidade natal, Ribeirão Preto.

A seguir, InSURgência reproduz a breve entrevista realizada por Lima Filho, que representa uma homenagem a todas advogadas e todos advogados populares do Brasil.

IPDMS: Como se deu seu contato com Dom José Maria Pires, que viria a criar um Centro de Defesa dos Direitos Humanos na Paraíba?

Vanderley Caixe: Conheci D. José Maria Pires na Penitenciária de Presidente Venceslau, juntamente com Dom Thomas Balduino e Dom Waldir Calheiros que vieram em visita aos seis presos políticos – Frei Betto, Frei Fernando, Frei Yves, Maurice Polité, Manuel Porfírio e eu.

Nós havíamos sido removidos do convívio com outros presos políticos de São Paulo, pois achavam que éramos instigadores de greve de fome em protesto contra o governo da ditadura militar. Havia ainda o risco de nos fazerem “desaparecer”. Os presos políticos leigos. Cada Bispo assumiu a padrinagem de um de nós. Ficávamos em correspondência uma vez a cada quinze dias. O meu padrinho foi Dom José Maria Pires. Aí, fomos nos conhecendo mais e nos correspondíamos mesmo depois que eu havia saído da prisão.

IPDMS: Por que, e em que ano, você veio para o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Arquidiocese da Paraíba?

VC: Saí da prisão em maio de 1974. Terminei a Faculdade de Direito. Quando fui preso faltava apenas um mês para me formar. Fiz o restante do curso de junho até dezembro de 1974. Em 1975 fui morar no Rio de Janeiro. Trabalhei de estagiário no escritório do professor Sobral Pinto; na assessoria jurídica da Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio de Janeiro; e escrevia no jornal *A Tribuna da Imprensa*. Nessa época, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil era no Rio de Janeiro. E quando D. José ia às suas reuniões, me escrevia e íamos jantar juntos. Ao final de 1974, num dos jantares, me propôs elaborar um projeto de criar o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil, em João Pessoa, na Arquidiocese. Convidou-me também para fazer uma visita em João Pessoa, para conhecer e, se gostasse, advogar no CDDH. Fui com a minha companheira Ayala, e passamos quase todo o mês de dezembro conhecendo as áreas de atuação: assalariados rurais, camponeses, pescadores, prostitutas, favelados, etc. Todas as áreas de assessoria das pastorais e os problemas que enfrentavam. Gostei e decidi ficar. Voltei em março de 1976. Era a comemoração dos 10 anos de D. José na Paraíba. E, ele quis criar o Centro nesta data. Em abril de 1976.

IPDMS: Você já tinha ouvido falar em advocacia popular?

VC: Sim. Mas nunca tinha exercido.

IPDMS: Vocês trabalhavam com que público? (todas as perguntas referem-se a partir daqui ao CDDH da Arquidiocese da Paraíba)

VC: Todos os setores oprimidos e marginalizados: camponeses, pescadores, prostitutas, professoras primárias, favelados, etc.

IPDMS: Quais as atividades que você fazia? E o CDDH?

VC: No CDDH da Arquidiocese o trabalho básico era apenas orientar. Ouvir as pessoas, conhecer os problemas, verificar as dificuldades, o que impedia a realização e encaminhar orientando. Seja para o sindicato ou outro órgão que estivesse acompanhando. O trabalho era sempre de assessoria.

IPDMS: Seu trabalho era remunerado? Você complementava a renda com outra atividade?

VC: Era remunerado. Aliás, no começo até muito bem. Depois a inflação foi comendo, aí ficou um pequeno salário.

IPDMS: Quem financiava o CDDH?

VC: As verbas que a igreja conseguia recolher. Rendas, doações, etc.

IPDMS: O Judiciário geralmente reconhecia ou negava os direitos pleiteados pelas organizações populares que você defendia?

VC: No judiciário, assim como na polícia (inquéritos), era sempre uma dificuldade. Seus laços com os poderosos sempre foram obstáculos. Procurávamos vencer isso com a pressão do povo e da sociedade.

IPDMS: Você já sofreu com a prática de algum crime, incluindo a ameaça, em razão de suas atividades profissionais?

VC: Várias. Desde a tentativa de sequestro por parte - conjugada - de fazendeiros e membros do quarto exército. Tiros no meu carro. Incêndio no carro (destruição total). E outras.

IPDMS: Sua atividade tinha alguma vinculação com crença religiosa? Como era a relação entre comunistas e cristãos na época?

VC: Era um acompanhamento do trabalho pastoral da Igreja Católica. Havia os padres de direita que se opunham. Havia divergência de encaminhamento com as pastorais. Mas isso nunca afetou fundamentalmente. Dom José Maria Pires sempre me apoiou.

IPDMS: Quais as principais dificuldades desse tipo de trabalho?

VC: Muitas vezes as pastorais se sentiam donas do povo. Isso eu não concordava. Achava que eles deveriam decidir, forçar seus sindicatos, etc.

IPDMS: Como era a sua relação (cunho pessoal, profissional, político) com as organizações e militantes que você defendia?

VC: Muito pessoal. Embora no início começasse com o profissionalismo, mas com o tempo evoluía para o pessoal.

IPDMS: Quais as temáticas em que você atuava?

VC: Trabalhista, possessórias e outras.

IPDMS: Por que, e em que ano, você saiu da CDDH da Arquidiocese da Paraíba?

VC: Em 1981. Já era um outro tempo de abertura e os espaços eram outros. Era preciso reforçar as organizações de classe.

IPDMS: Você participou de outras organizações de advocacia popular aqui na Paraíba?

VC: Sim. Quando saí da Arquidiocese, logo em seguida criamos um outro CDDH-Assessoria e Educação Popular. Uma sociedade civil sem fins lucrativos. Dando uma dimensão maior, ou seja, assessoria e postulação judicial tanto às pessoas (camponeses, etc.) como aos seus órgãos de classe (sindicatos, etc.). Trabalho de formação de quadros rurais. Formação (cursos) para mulheres. Criamos uma revista específica para mulheres camponesas, etc.

IPDMS: Por que, e em que ano, você resolveu voltar para Ribeirão Preto?

VC: Em 1993. Havia mil razões para a volta. Doença do pai da minha companheira; o curso superior que meus filhos foram fazer na PUC e outros. Mesmo assim, continuei vindo a cada dois meses, atuando em processos que havia deixado aí. Depois foi findando e fiquei definitivo. Aqui dou assessoria aos movimentos populares, MST, favelas, etc. Na Paraíba, em João Pessoa, deixei a minha casa para ser a sede do MST.